

VIOLÊNCIAS E NARRAÇÕES: EFETUANDO ESPAÇOS E EXPRESSÕES

Walfrido da SILVA^{*1}

Resumo: *As narrativas caracterizam-se por uma série de técnicas de aproximação espacial, de estruturação temporal e de seleção factual; compõem-se de diversos referentes, velocidades e transformações. A partir disso, embrenha-se nas realidades das violências, nas circularidades dos sujeitos e nas movimentações sociais. O ver e o falar, por isso, problematizam a compreensão dos espaços, das constituições, das socialidade e alteridades.*

Palavras chaves: *Visão; Narração; Topologias; Movimentações; Composições.*

Introdução

A palavra, sabe-se bem, é o recurso e, mesmo etimologicamente, a origem do diabo (BLANCHOT, 2001, p. 65).

O texto, a seguir, apresenta um modo de compreensão e instrumentalização dos conceitos de narração, de alteridade e das violências, em que as filiações teóricas possibilitam algumas divagações e deslocamentos analíticos. Dentro destas perspectivas, os subtítulos tornam-se “chaves difusas de leituras e, até mesmo, indicativos incertos de direção. As palavras podem apresentar, por sua vez, os erros corriqueiros e instrumentais de quem as manipula, bem como os desvios e desequilíbrios inerentes às suas atualizações e significações.

O tema será discutido sob o prisma da visão, do falar e das imbricações temporais. A oralidade (ALMEIDA, 2004) possibilitará a problematização dos temas, ou seja, o exercício sempre atual e atualizante dos mesmos. Assim sendo, as conceituações, a seguir, serão exercícios de topologias, isto é, elas trabalharão sobre si mesmas, ampliando as visibilidades nos exercícios narrativos. As alteridades e as violências estarão sendo correlacionadas na produção deste texto.

* Mestre em educação pela UFPel e doutorando em Religião e Educação (IEPG). E-mail: walfridosilva@ibest.com.br

¹ As danaídes foram condenadas a encher os potes, sem fundo, de água. No presente texto, a insinuação aproxima-se da idéia do castigo imposto às danaídes, ou seja, do exercício de duplicação contínua e atualizante de análise dos eventos sociais.

As circularidades e as recorrências do mesmo

O problema das violências e das narrativas é colocado sob uma extensa e insinuante tensão.² *Ver* as realidades que circundam as socialidades implica no esquecimento do falar; e falar de determinadas situações vivenciais provoca a busca e a escolha de palavras pontuais e inesgotáveis. Se *ver* as diferentes formas das violências exige determinados conceitos e critérios, narrá-los imbrica distanciamentos temporais, estruturações espaciais e seleções das pessoas envolvidas. As violências e as narrativas pontuam, portanto, exercícios distintos que podem envolver diferentes ações e alterações dos sujeitos. Nesta perspectiva, ambas afetam os corpos (SPINOZA, 1983), provocam efeitos (NIETZSCHE, 1995) e, dentro das suas especificidades, delineiam uma série de costumes e de regras.

Elas apresentam-se como movimentos imbricados, em que os sujeitos são impelidos a diferentes ações, conectando os diversos acontecimentos (DELEUZE, 1974) sociais. Em outras palavras, estes movimentos estão em constante dispersão, envolvendo combates específicos e normas especificantes; perpassam-se, configurando zonas de tensões e composições; atualizam-se e permeiam-se nos corpos dos sujeitos, provocando a criação de estilos, espaços, linguagens, territórios e convergências eventuais. A partir desta premissa, as violências e as narrativas (reconstituintes) perfazem realidades, zonas de intensidades e dissonâncias; transformam, eventualmente, os modos das socialidades e das circularidades; engendram e misturam modos de ser, compondo as topologias atuais e virtuais (DELEUZE, 1992).

O ver e os desvios das distâncias

O *ver* as violências não pressupõe, necessariamente, a experiência das mesmas e, tampouco, uma disposição político-engajada. Ele torna-se ação de distanciamento científico, em que pesquisadores analisam os acontecimentos e imputam, aos mesmos, luzes e obscuridades. “*Ver* pressupõe apenas uma separação compassada e mensurável; *ver* é sempre *ver* à distância, mas deixando a distância devolver-nos aquilo que ela nos tira (BLANCHOT, 2001, p. 67). *Ver* exige dos sujeitos, portanto, distanciamentos temporais e espaciais, recortes estruturais e sistemáticos que possibilitam a delimitação de determinado problema. Assim sendo, ele provoca, num primeiro momento, uma espécie de soslaio, em que os fatos, sejam eles quais forem, escapam do campo de visão.

As ações estruturadas e metodológicas do *ver* compõem outros desafios e imbróglis analíticos. Um destes desafios seria referente à questão das

² Neste ponto penso na alteridade absoluta apresentada por Emanuel Levinas, em que o outro torna-se distante e, condicionalmente, exterior. O filósofo compreende o outro quase como uma metafísica vivencial, ou seja, inalcançável e incomensurável.

heterotopias (FOUCAULT, 2001). Aquele que vê fabrica para si outro território, isto é, estabelece um lócus de observação e de mensuração fora do ciclone dos eventos sociais. A partir desse espaço definido e previamente estruturado ausculta, por exemplo, os movimentos variados e variantes dos eventos sociais. Desta maneira, a ação de ver multiplica, incondicionalmente, as topologias, criando espaços fechados e abertos, próximos e distantes; e estas topologias compõem um conjunto de medidas, de remissões e de escalonamentos que objetivam reter, num determinado contexto e temporalidade, os eventos e as transições dos sujeitos.

As diversas realidades que circundam as violências tornam-se, portanto, correlatas, estabelecendo uma visão, quase sempre, do contínuo, do linear e da repetição. Enfim, ela cria topologias e possibilita as conexões necessárias para agenciar, supostamente, a compreensão de um todo, simultaneamente, coerente e aleatório. No entanto, as realidades presenciadas pelas violências escapam à visão mensuradora, pois envolvem os diferentes tecidos sociais e estão em constante transformação; proliferam-se nos mais diferentes estilos dos sujeitos e estruturas sociais. Nestas condições, o ver permite a retenção de imagens e vestígios (marca) dos acontecimentos, e distancia os sujeitos das experiências imediatas, retirando-os dos eventos ebulitivos e constantes dos encontros corporais. Desta maneira, a visão pode funcionar como um dispositivo de redução e, ao mesmo tempo, de proteção dos sujeitos diante dos fatos sociais.

O objetivo, aqui, não é opor os sentidos, mas, sim, demonstrar que a distância entre os infindáveis eventos sociais e a descrição-analítica dos mesmos é plausível de desvios e de erros. Entretanto, os desvios e os erros são descartados nos modos positivistas de pesquisa. Ver (distância analítica mais topologia de observação) torna-se ação sumária, em que o todo é apreendido e fixado numa categoria e regime de verdade. A partir desta condição de relação (sujeito que vê e se afasta), as realidades são denominadas e apreendidas como transparentes, concretas e finais. Enfim, a visão configura um regime de verdade quase definitivo, que afasta o problema dos erros e os desvios dos lócus enquanto possibilidade de relação, de apreensão e de estruturação dos fatos.

A distância que exige a visão funciona como um dispositivo seguro de análise, permitindo tocar e admirar os eventos, contorná-los, apreciá-los, movê-los e interpretá-los. Ela pode retirar o vidente dos movimentos, colocando-o noutra lócus de referência, ou seja, num espaço de desprendimento, tranqüilidade e obscuridade. A pessoa que narra, fala e contempla cria outros eventos, insinua outros personagens e possibilita infinitas atualizações-apreensões dos acontecimentos.

A metodologia iluminista separa e oculta os sujeitos das relações, por exemplo, a pessoa que vê e é vista. Ela não possibilita a conjunção e a mistura (SERRES, 2003), mas, sim, uma idéia das quantidades, estabelecendo um conjunto de critérios e métodos empregados. Enfim, a visão baseia-se em

regimes de produção de verdade, em que as visibilidades e invisibilidades não constituem, neste caso, problemas estruturais. A problematização da mesma está relacionada ao que é descoberto e encoberto, isto é, ao que se quer fazer ver e ao que se quer esconder.

A alteridade e as exigências funcionais

A alteridade torna-se condição de produção do conhecimento; transformada em algo funcional e exterior serve aos propósitos pré-determinados de comparação, associação e estruturação. O outro se torna uma espécie de parâmetro, sob o qual pode ser empregado um conjunto de técnicas que permitem certos resultados. Deste modo, a visão e as suas condições de possibilidades impõem à alteridade um deslocamento latente, onde as negações, os desvios e erros encontram-se. Assim sendo, o outro pode ser sublimado³ e demonizado. O primeiro é compreendido dentro de determinadas disposições e específicas funções exteriores, enquanto que o segundo torna-se ameaça, sendo expurgado das relações sociais. Enfim, a alteridade, enquanto outro absolutamente exterior (LEVINAS, 1977), apresenta-se como um dilema insolúvel, ora como uma proximidade palpável, ora como distância infindável.

As violências são compreendidas e conceituadas, normalmente, a partir de um conjunto de análises econômicas, psicológicas e culturais (MAFFESOLI, 1987). São posicionadas numa exterioridade social e numa interioridade psíquica, sendo afastadas daquele que vê e posicionadas no outro. Enfim, as compreensões atuais sobre os problemas sociais baseiam na visão que estabelece o espaço de fora (DELEUZE, 1991) como parâmetro de verdade e imparcialidade. Entretanto, aquele que vê seleciona e estrutura os eventos, imputando, aos mesmos, conceituações. Assim, sistematizam-se as condições de visibilidade, ou seja, como se deve ver e descrever as violências na sociedade. O outro se torna, por um lado, exterioridade por onde circula os problemas e, por outro lado, interioridade, fonte dos traumas e das mazelas psíquicas.

O conceito de alteridade, a partir do ver e do afastamento analítico, pode agenciar as potências de negação do diferente, encapsulando aquilo que distende o mesmo. Além disso, ele pode dispersar o trabalho de si sobre si mesmo, pois o imediato é sempre aquilo que confronta e desvia. Deste modo, aquilo que escapa precisa ser mediado e categorizado de acordo com as normatividades. A alteridade, conceitualmente, opera sobre uma dupla pertença, ou seja, ela torna-se problema e medida exterior para um eu fugidio, que sistematicamente exclui-se dos vendavais sociais. A distância do ver delimita, então, o espaço do outro, bem como as suas movimentações, impedindo o

³ A idéia dos vestígios está fundamentada na compreensão de marcas desenvolvida por Suely Rolnik (1993). A marca como aquilo que inquieta e provoca transformações nos modos de pensar e viver dos sujeitos.

mesmo de retornar, tocar e multiplicar os nomes. A alteridade seria, irremediavelmente, antagônica à heteronomia e à heterogenese. O ver não pode suportar tantas dissipações, por isso, cria um sistema baseado na veracidade e na objetividade, admitindo, sim, certo desvio na apreensão do outro, mas fixando em certos sistemas e normatizações.

A relação com as movimentações e com os deslocamentos impõem ao ver, além disso, o desafio das velocidades. Enquanto o movimento envolve o percurso e a distância entre os diferentes lócus, a velocidade refere-se às intensidades e variações (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Ver torna-se, neste sentido, movimento, pois estabelece um determinado curso e certa distância. A velocidade retira da visão a possibilidade da retenção absoluta das variações dos acontecimentos, isto é, através dela os eventos escapam-se. Desta maneira, a visão se produz nos intervalos. Isso demonstra que a mesma experimenta privações, ausências e fugas. Portanto, ver é ater-se as coisas ausentes que já se movimentaram e variaram-se; é experimentar uma relação constante de distância e de dissipação. Neste sentido, a visão rastreia os vestígios⁴, já que os acontecimentos sociais continuamente irrompem e escapam. O que se põe ao alcance da visão não representa uma totalidade assegurada e hermética, antes o contrário, realidades em movimentos variados e variantes. A tensão está entre o recorte e as várias expansões.

As narrativas e as imbricações temporais

As narrativas e ação de ver do sujeito caracterizam-se por ações distintas. Enquanto o ver envolve os problemas referentes às topologias e às mensurações, as narrativas remetem às noções de temporalidade e de identidade. Nesta perspectiva, as narrativas e as alteridades estão, incondicionalmente, ligadas, compondo um aspecto histórico que envolve noções tensionadas de tempo, isto é, noções de temporalidades misturadas. Em outras palavras, as narrativas perfazem e constituem relações temporais que possibilitam ao narrador, ao contexto e ao tempo uma determinada expressividade atual (MAFFESOLI, 2003). Esta expressividade efetua-se nas diferentes formas de linguagens, tangenciando um modelo ficcional, em que fatos, personagens e o tempo irrompem e afetam os sujeitos.

As violências sob esta perspectiva temporal-narrativa tornam-se acontecimentos aleatórios, pertencentes ao campo de referência e remissão residuais. A narração, dentro desta situação social, faz circular modos de ser, de fugas, de soluções e de interações. Portanto, ela imiscui-se nas realidades, descreve os vestígios e complica (altera e multiplica) todos os elementos envolvidos na trama existencial (DELEUZE, 1992). Em outras palavras, ela pode inventar outras histórias, outros acontecimentos, outros personagens, possibilitando abstrações e alterações nas composições sociais e pessoais dos sujeitos. Neste sentido, o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, em compensação, a narrativa é

significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal. (RICOEUR, 1994).

O ato narrativo, assim compreendido, sofre uma prefiguração, em que as divisões e estruturações do tempo são atravessadas por um conjunto de remissões e engendrações, constituindo outros dizeres. Neste sentido, a narração pressupõe o tempo da experiência vivida e da organização-configuração da comunicação. O conjunto destes elementos constitui aleatoriedades, isto é, o acirramento dos fatos. Neste caso, puro devir, que multiplica as possibilidades de visibilidade e de apreensão dos acontecimentos (DELEUZE, 1974). Assim sendo, narrar pode ser o ato de misturar tempos, entrelaçar fatos e criar personagens, fabricando realidades e pontos de fugas; imiscuir-se nas realidades, buscando tomar as coisas pelas coisas mesmas (FOUCAULT, 1999); “outrar-se nas artimanhas dos jogos sociais, emaranhando os costumes e as regras dos jogos. Enfim, a narração descreve as circularidades e os efeitos dos encontros variados e variantes dos corpos (SPINOSA, 1983).

As transposições e os acontecimentos

As narrativas caracterizam-se, por isso, pelo envolvimento do narrador, pela seleção de determinados eventos e personagens e pela estruturação temporal-territorial aleatória. A divisão tripartite constitui as ações narrativas, que objetivam descrever e acentuar determinado fato. Entretanto, como se averigua acima, elas não explicam determinados acontecimentos sociais, pois os mesmos remetem às efetuações e aos efeitos corporais; buscam, no entanto, diversificar os dizeres, ampliar as visibilidades, distender as realidades e revolver as implicações. Deste modo, a narração, ao contrário do ver, remete os sujeitos para dentro das realidades ficcionais ou não (MAFFESOLI, 1996), provocando diferentes inserções, inquietações, disposições, ondulações e composições. Em suma, como uma espécie de *arte do contra-senso* que engendra as realidades de outras possibilidades, ou seja, de alteridades, ela insere-se no caos.

O distanciamento clarificador, tão importante para o ato de ver, não encontra o mesmo sentido e lugar nos processos narrativos. Ao contrário, eles exigem aproximações, misturas, engendramentos. Se por um lado o ver dificulta as interações, pois só percebe os vestígios devolvidos e possibilitados pela condição de distância, por outro lado, as narrativas tomam formas na aproximação e na experimentação híbrida dos eventos. As atividades, neste caso, são múltiplas. A narração advém de um silêncio-intervalo farto de imagens, sons, pessoas, lugares e transposições. Enfim, antes da descrição, da fala, da expressão processam-se uma série de informações, quase como balbucios soltos que vão provocando alterações e definições na fabricação da realidade (BLIKSTEIN, 1995). Neste sentido, as narrações envolvem um conjunto de disposições, remetendo os sujeitos a diversas imagens, fatos, espaços e situações.

A pertença, nestes casos, é variada. Um problema caracteriza-se, como supracitado, pelo tempo complicado, isto é, o tempo que conjuga passado, presente e futuro (DELEUZE, 1974) numa mesma descrição. Em outras palavras, o tempo irrompe e termina como que relâmpagos rasgando o horizonte. Neste sentido, o ato de narrar não estabelece continuidades, linearidades e causalidades, mas alteridades e variações constantes (FOUCAULT, 1984) no conjunto das socialidades (MAFFESOLI, 2001). Enfim, ele diversifica o mesmo e constitui um arrazoado de outras histórias, acontecimentos e heterotopias no exercício e nas relações dos sujeitos. O encontro destes diversos elementos em constante tensão perfaz as narrações e produz alteridades.

O narrador diante e dentro dos acontecimentos transpõe, constantemente, de lugar, viaja nos personagens e acontecimentos. Assim, constitui um espaço de referência, sob e a partir do qual faz girar todo o enredo. No entanto, este lócus de referência é efêmero e mutante, pois vários elementos, conforme já exposto acima, deslocam-no. Assim posto, percebe-se que não há centro nas atividades narrativas, mas infinitos deslocamentos e temporalidades, que multiplicam as realidades circundantes. Dito de outra forma, o narrador, os fatos e a temporalidade não constituem núcleos, mas uma espécie de guerrilha e de batalha latente, em que os atravessamentos impõem transformações, conjunções, intensidades, modulações e zonas de intensidades e em dispersão.

A narração caracteriza-se, primordialmente, pela excentricidade, ou seja, pelo seu modo de alteridade, em que os encontros dos sujeitos provocam composições variadas e variantes. A partir destes imbróglios e destas tensões, as transformações sociais e locações territoriais perfazem alteridades cambiantes. Em outras palavras, elas não estão somente no espaço exterior e inalcançável da sublimação e da observação, mas também nos modos das composições dos sujeitos, que experimentam processos coletivos - coletivizam-se (MAFFESOLI, 1987). Os sujeitos, portanto, que narram fazem circular por espaços, personagens e temporalidades diferentes alteridades, definindo diversos modos de ser que se distanciam das individualizações e das interioridades centrais e centralizantes. Diante destas conceituações, os sujeitos narrados e narradores tornam-se não só excêntricos, mas constituem temporal e espacialmente outros de si mesmos.

As misturas e as tensões podem provocar, como acima expostas, transformações e variações nos modos de socialidades. A noção imaculada do mesmo e o inviolado paraíso tornam-se imagens que procuram reter os sujeitos em processos de individualizações recorrentes, onde os retornos e as perguntas são as mesmas. A alteridade, seguindo esta posição, torna-se não só o outro absoluto à moda "*levinasiana*", mas também o instrumentaliza, transformando-o num meio por onde circulam potências e desejos. Já os encontros dos sujeitos proliferam a alteridade, provocando composições e atualizações (efetuações) num determinado território e tempo, onde eles descobrem-se como matilhas. Assim sendo, a alteridade se faz multiplicidade,

por um lado, como uma estranheza infinita produzida pela narração e, por outro lado, tão próxima que devolve o outro ao mesmo.

As própriocepções e as topologias expansivas

É possível cunhar, ainda, outro conceito nestas movimentações e intensidades que envolvem os sujeitos. É sabido que os deslocamentos são constantes, que o tempo é complicado e que há diferentes aproximações, isto é, a narração engloba um conjunto de ações dispersivas e convergentes. Este emaranhando de ações remete os sujeitos para fora dos espaços conhecidos e recorrentes, bem como os devolve (o que constitui o silêncio, o intervalo, o vazio) a si mesmos, configurando as circularidades, ou seja, as topologias por onde fluem as tensões e as invenções de outros de si (DELEUZE, 1991). Assim sendo, eles vivem intensamente as alteridades no ato narrativo, na fala de si e dos outros; são arremessados em várias direções, alterando as percepções do mundo e dos outros. Em outras palavras, as narrações funcionam como topologias por onde circulam os outros e os mesmos; tornam-se meios de adição e de diminuição das potências vitais dos sujeitos afetados pelos encontros dos corpos.

O dizer atualiza uma série de universos virtuais e efetua em diferentes códigos abalos e corpos pululantes. Deste modo, ele cria uma aproximação do diferente, do dispersivo, do fugidio e do inapreensível, estabelecendo um campo comum, isto é, um espaço de interação e de conjunção. A narração, também, intervala as velocidades, cria topologias e aproxima os dispersivos; os intervalos não possuem qualquer relação de fixação e de nomeação dos sujeitos, são heterotopias criadas nos exercícios das alteridades - casuais. São eles que permitem, portanto, as relações diretas entre os diferentes corpos que são agenciados e envolvidos numa determinada trama e guerrilha existencial.

A confirmação destas implicações conceituais está no fato de que as palavras não guardam um sentido original e não remetem a um único e inalienável signo (BLANCHOT, 2001). Elas estabelecem relações, portanto, complexas, demonstrando que no dito encontra-se também o não-dito, os desvios, os erros, as remissões, o diferente e o mesmo. Neste quadro, colocam-se as noções de alteridade e narração, compondo um conjunto de proximidades e de distâncias, de lócus e de transições, onde se descobre que as coisas (sujeitos, mundos, outros, códigos, etc) são expansivos, ou seja, estão em constantes transformações e aliterações.

A narração, por isso, envolve um conjunto de elementos que alteram as *própriocepções*. Elas são marcadas, por sua vez, pelas constantes transformações e deslocações que afetam os sujeitos, alterando não só as noções de si mesmo e dos outros, mas também a estruturação do tempo e dos espaços. Desta maneira, percebe-se que o conjunto daquilo que a narração agencia, há uma tensão latente, em que surgem infinitas possibilidades de remissões dos sujeitos. As circunvizinhanças estão, portanto, em constante

movimento e expansão, e são devolvidas alteradas, reiteradamente, a si mesmas (DELEUZE; GUATTARI, 1992). A suposta devolução dos corpos, neste sentido, torna-se diferença, ou seja, estranhamento, inquietação, vazio, entremeio, balbucio. Enfim, alteração da propriocepção e devir.

A remissão, recorrente, para a topologia “*si mesmas*” designa a criação de uma determinada heterotopia, isto é, um espaço aleatório de multiplicidades. Ali estão presentes todas as tensões, silêncios, vazios, estranhamentos, erros, desvios, alterações. A inscrição de determinado acontecimento agrega, ao conjunto de um determinado plano imanente, tensões e atravessamentos. Deste modo, os endereços designados das “*si mesmas*” são como dunas, e estão em constante transformação. Se por um lado o remetente não encontra o destinatário, por outro lado, descobre que as devoluções enfrentam problemas semelhantes. Em outras palavras, as heterotopias (FOUCAULT, 2001) possibilitam, nestes trânsitos e fluências de inquietações e transformações, outros dizeres e olhares, pois elas são dinâmicas e movediças. A determinação dos lócus, dos outros e dos encontros reduz a alteridade ao discurso recorrente do mistério exterior.

Esta dinâmica perfaz o conceito de propriocepção, em que estes movimentos dissipam a fixação do mesmo, remetendo os afetados (SPINOSA, 1983) a definirem, sempre de novo, outros referenciais, dispositivos e modos de ser. Neste sentido, o conceito define-se pela mudança de aceção, de movimentação e de interpretação dos sujeitos no mundo. Enfim, o conceito designa as transformações que os sujeitos experimentam nas diversas interações, a partir das quais agencia as alteridades cambiantes. Nesta perspectiva, eles estão em permanente exercício de socialidade, ou seja, compondo com os outros identidades e grupos sociais que dêem conta das variações e dos efeitos. A afirmação anterior pode expressar a irrupção da heteronomia, ou de um correlato popular, os apelidos, pois um nome não consegue encerrar todos os perfis. A propriocepção, portanto, provoca outras definições e agenciamentos das variações, possibilitando a invenção de outros nomes e jogos sociais.

Violências e alteridades: o problema no outro

Os termos violências e alteridades estão no plural, pois ambos agregam uma série distinta de implicações e estruturações. As violências (WIEVIORKA, 2006), por exemplo, podem ser físicas, psicológicas, gestuais, simbólicas e pedagógicas, enquanto que as alteridades congregam movimentações e dissipações, composições e variações que podem definir uma compreensão da mesma. Enfim, os termos apresentam certa relação e sistematização comuns que são experimentadas pelos sujeitos nas socialidades cotidianas. Ali, as violências são apresentadas e estão presentes, de forma latente, no outro. Desde esta perspectiva, elas condicionam os exercícios das interações sociais e acirram as relações baseadas nos preconceitos, impondo ao termo alteridade uma referência disjuntiva.

Ao relacionar os termos, objetiva-se torná-los presentes no dia-a-dia dos sujeitos, engendrando as realidades atuais e vivências de outras possibilidades de interpretação. Isto é, distendendo-as. Normalmente, as alteridades e as violências são compreendidas de forma correlacional, como ações ameaçadoras e como políticas de segregação social (BOURDIEU, PASSERON, 1975; MAFFESOLI, 2001). E sob o espectro das brutalidades o alheio perturba, concorre e dissipa o mundo das referências, e desintegra as conjunções normatizadoras da sociedade organizada. Portanto, o outro precisa ser educado, regulado e orientado por meio de um conjunto de dispositivos, exercícios repetitivos e condicionamentos físicos (FOUCAULT, 1984). Neste sentido, as relações de poder tornam-se subjetivas, pois não operacionalizam oposições, mas um conjunto de normas naturalizadas. As narrativas, neste campo formativo, podem contribuir para a manutenção de um e mesmo movimento: o ressentimento (NIETZSCHE, 1991).

As batutas dos maestros da normalidade insistem, portanto, em reger o outro, à moda religiosa e moral de interpretação, como um mal que desvirtua o mundo. Enfim, ao relacionar os temas das alteridades e das violências averigua-se que os mesmos estão, intrinsecamente, ligados, ou seja, ocupam um lócus, no imaginário social pautado pela harmonia, de ameaça e de destruição dos bons costumes. Assim sendo, a mensuração da maldade começa e termina no outro; imputa-lhe a sensação da dívida e da culpa original. Neste modo de organização social de convergência emblemática, a alteridade não consegue congrega, por um lado, a paixão filosófica do inalcançável e do misterioso e, por outro lado, o estranhamento e as incertezas dos encontros. O estabelecimento de um território comum delimita, em muitas situações, um conjunto de idéias que sustentam o outro (negros, mulheres, crianças, deficientes, etc) à beira das estradas, às margens dos privilégios e enjaulados em poucos metros quadrados.

O outro se torna uma espécie de superfície de inscrição do imponderável, do inapreensível, do inexplicável, do ressentimento, das doenças, das infelicidades, das decepções, das derrotas. Enfim, o próprio encosto. A superfície (DELEUZE, 1974) delinea a noção das medidas, das remissões e das referências; não opõe profundidade e ulterioridade, ao distante e próximo, interno e externo. O conceito de superfície remete às efetuações, aos efeitos e as composições diversas e diversificantes, agregando e dissolvendo as linhas das oposições estanques. A inscrição, ao contrário, procura reter, dentro de um conjunto de valores judicativos, um decalque social-político, em que os sujeitos são identificados dentro de determinadas leis gramáticas e padronizadoras. Assim sendo, averigua-se que são nos corpos figurados e instrumentalizados dos outros que se inscreve um conjunto de determinantes valorativas.

A alteridade transforma-se em razão discursiva, a partir de um conjunto de interesses escusos e, até mesmo, libertários, em que as violências circulam de forma oculta e ocultante os meandros das normalidades sociais. Se de um

lado está a referência, que se acredita incólume, dos sujeitos subvertidos pela sociedade, do outro lado determina-se os mesmos como naturalmente tendenciosos. O diverso só encontra paralelo dentro destas determinantes interpretativas, ou seja, romantizado (remetido à origem e a uma centralidade inviolada) e demonizado (violento e desagregador). As duas tendências dispensam a mutualidade, a afecção e as composições dos diferentes corpos, condicionando modos defensivos e retroativos de ser, dissecando os outros para descobrir belezas e carências.

As violências circulam as composições sociais. Elas configuram linguagens, expressam diversos estilos de existência e configuram diferentes e tensos territórios de convivialidade (CHAUI, 2000). Neste sentido, elas tornam-se adversativas e, também, conjuntivas. As adversativas podem opor-se aos sistemas engessados do mesmo, inventando os entremeios, os jeitinhos, as banalizações e as resistências, ou seja, elas agem alheatoriamente, incidindo sobre os fatos, produzindo variações e tensões sociais. Já as conjuntivas estabelecem certa linearidade temporal e cíclica, em que as ações e os atores agem de forma paradigmática e convergente. Assim sendo, as conjugações operam a partir de um conjunto estruturado de causalidades econômicas; justificam a recorrência e a permanência de um mesmo, quase sempre, distante e incólume; fundamentam-se nas alteridades, mas giram em torno de um centro atrativo.

Algumas ponderações: à guisa de indicações

As narrativas, associadas à oralidade, agenciam uma série de ações, entre elas a visão, as remissões, a temporalidade, a espacialidade e os atravessamentos. Este conjunto define modos de relações (FOUCAULT, 2002), ou seja, forma de socialidades no mundo. Enfim, exercícios sociais que podem dissipar ou encruar a série de costumes que demarcam as nossas sociedades. As narrativas poderiam engendrar, principalmente a partir da oralidade, estas formas estigmatizadas do retorno ao mesmo, possibilitando dispersões, fugas e variações corporais. Assim, a partir da premissa fundamental da ação (narração), imiscuir-se nos mundos presentes e pululantes do existir dos sujeitos, arremessando-os para dentro de outras possibilidades. Transformar pela invenção e não pela subtração e redução das potências vitais.

As alteridades, neste contexto das narrativas, podem ser só funcionais e metodológicas, versando sobre o que está fora, o inominável, o mistério, o estranho, o controlador. Deste modo, a alteridade é compreendida, tão somente, como referência associativa e instrumental. Entretanto, relacionada com as ações implicam os modos de ser dos sujeitos no mundo; provocam as invenções de si e do outro; redimensionam o mundo e as interações. Enfim, possibilitam as heterônomas, onde nomes e apelidos tentam dar conta dos infinitos abalos na límpida mensagem de execução de um mesmo. Neste sentido, os "outramentos" são efeitos dos encontros dos diferentes corpos, isto é, de modos de socialidades cambiantes e heterogênicas.

As violências perpassam todas estas linhas reflexivas, subvertem e dificultam relações, pois estabelecem separações e exclusões no mundo. Ao delimitar o conceito de alteridade somente ao fenômeno alheio, corre-se o risco de uma compreensão míope das gêneses sociais. A alteridade, nesta perspectiva, refere-se a todos as invenções de si, dos outros e dos espaços comuns. Assim sendo, as relações sociais são, primordialmente, imbricações aleatórias de todos os sujeitos, são interações que agenciam todas as dimensões sociais, não sobrando espaços para neutralidades e ausências. Desta maneira, os corpos se comprometem. Dissipam-se. Distendem-se. Recuam-se. Misturam-se. A alteridade torna-se, portanto, uma espécie de “*pangenia*”, em que as irrupções narrativas (a vida em fala) deslocam e multiplicam as possibilidades de ser.

As narrativas, por isso, não podem ser inscrições e afixações de modos de ser; precisam embrenhar-se no conjunto dos estranhamentos, das indisposições, dos desvios e dos erros. Envolvida, desta forma, com o vitalismo social possibilitaria outras leituras, análises e viagens criativas. Em outras palavras, elas criam as heterotopias, uma espécie de espaço dentro de outros espaços, que viabilizam as circularidades; acirramentos dos mundos, em que os exercícios sociais seriam mais dinâmicos e menos retilíneos.

A alteridade não pode ser instrumentalizada e colocada, somente, como parâmetro analítico. O estranho outro, também é um estranho de mim e em mim. A alteridade precisa ser adversativa, mas também proprioceptiva. Assim sendo, ela afasta a possibilidade do erro, ou seja, da errância, pois as atividades interativas efetuam-se como acontecimentos, não pressupõem associações e comparações. Isso é ação posterior e desatualizada. A propriocepção está relacionada às transformações dos sujeitos, implicando e avultando as dissipações das referências encruadas de um saudoso mesmo. Os sujeitos estão, simplesmente, aí.

SILVA, WALFRIDO DA: THE VIOLENCES AND NARRATIONS: PRODUCING SPACES AND EXPRESSIONS

Abstract: *The narratives are characterized by a series of spatial approaches, temporal structuration and factual selection techniques; they re composed of several referents, speeds and transformations. From that point on, digs through the violences realities, the subjects circularities and the social movements. The seeing and the speaking, because of that, problematize the understanding of spaces, constitutions, socialities and alterities.*

Key-words: *Vision; Narration; Topologies; Movements; Compositions.*

Referências

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita*. São Paulo: Escuta, 2001.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1995.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fontes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: Uso dos prazeres*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

LÉVINAS, Emanuel. *Totalidade e infinito*. Salamanca: Síguem, 1977.

MAFFESOLI, Michel. *A violência totalitária: ensaio de antropologia política*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da moral*. 3. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. v. 1. São Paulo: Papyrus, 1994.

ROLNIK, Suely. *Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico*. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, v.1, n.2, 1993.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados*. São Paulo: Bertrand, 2003.

SPINOZA, Benedictus de. *Pensamentos metafísicos: tratado da correção do intelecto, ética, tratado político, correspondência*. Tradução de Marilena de Sousa Chauí. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* Tradução de Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.